



PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 400
Brasília-DF • Novembro 2017

XXII Assembleia Geral Cimi: 45 anos de teimosia e rebeldia em defesa da vida dos povos indígenas

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) completou 45 anos, no último mês de abril. Na XXII Assembleia Geral da entidade, missionários, missionárias, convidados e lideranças indígenas celebraram as quase cinco décadas de luta da entidade diante de uma conjuntura de ataques aos direitos dos povos indígenas que exige criatividade, teimosia e rebeldia

Páginas 8, 9 e 10

Edição 400 do
Porantim: rumo aos
40 anos e em defesa
da causa indígena

Páginas 11, 12 e 13

Aliança mundial pela Mãe Natureza

Egon Heck, Secretariado Nacional - Cimi

Uma linda e agradável manhã de primavera. Sob a sombra acolhedora de uma frondosa árvore de sucupira, típica do cerrado brasileiro, começam a fluir as energias do planeta aquecendo os corações sob um manto de belas cores estampadas nas vestimentas, pinturas e adornos de dezenas de povos nativos das Américas, África, Ásia e Europa.

A diferença de expressões, línguas, cantos e rituais é uma amostra do quanto podem os povos indígenas e seus aliados iluminar a cegueira do modelo de desenvolvimento capitalista que está sendo imposto mundo afora, com violência e destruição: ameaças às condições de vida em nosso planeta.

É muito oportuno que semelhante Assembleia mundial se realize, neste momento no Brasil, pois estamos passando por um momento de extrema violência e agressão aos direitos dos povos indígenas, assim expressou uma das coordenadoras da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). "Precisamos dar esse recado ao mundo e contribuir com o clamor pelo direito à vida da natureza", disse.

Em torno de 150 representantes de povos originários de quatro continentes iniciaram, no Centro de formação Vicente Canãs, em Luziânia, a primeira Grande Assembleia da Aliança dos Guardiões da Mãe Natureza. A expectativa é de se consolidar uma grande Aliança dos Guardiões da Mãe Natureza como contribuição concreta dos povos indígenas para a construção de um mundo em que todos os seres vivos possam viver em harmonia e paz.

Momento, portanto, de mostrar ao mundo novos caminhos de esperança a partir dos povos originários; suas sabedorias milenares e resistência secular. Belas

e fortes são as diferenças entre os milhares de povos sobreviventes no mundo. É uma mostra de que é possível um outro mundo: "Povos originários de todos os continentes: temos o dever de construir pacificamente uma visão comum com o intuito de iluminar o futuro da nossa humanidade. Gratidão de ter vindo participar da criação de uma aliança para a paz entre os seres humanos e a Natureza", em destaque retirado das falas dos indígenas.

As manifestações rituais foram de uma beleza ímpar. Foram unânimes no espírito de unidade que garante a sobrevivência dos povos, mesmo submetidos a graves violências e extermínio, em todos os continentes. Desde o primeiro momento da Assembleia mundial dos povos as críticas foram dirigidas a ações colonialistas, dominadoras e invasoras dos territórios indígenas. A educação é uma construção no enfrentamento. "Estamos procurando descolonizar nossos filhos através de nossa educação", afirmou uma liderança indígena dos Estados Unidos. "Nossa luta não é contra um governo, é contra um monstro muito maior que é o sistema capitalista", disse.

As manifestações e rituais se deram todas ressaltando a necessidade de cuidar da Mãe Terra. E isso só nós povos originários com nossa sabedoria e espiritualidade sabemos fazer. Nós amamos a mãe natureza cuidamos dela e queremos construir essa grande aliança. Nas manifestações foram todas no sentido de buscar de todas as formas construir essa grande união dos povos.

Foram impressionantes os ritos e manifestações espirituais durante quase três horas, na sombra da árvore de sucupira. Apesar de todos os cenários de violência e destruição que marcam a atual realidade em todos os continentes, houve manifestações de esperança e desejo de contribuir para salvar a natureza, a humanidade.

Porantinadas

Consulta como obrigação

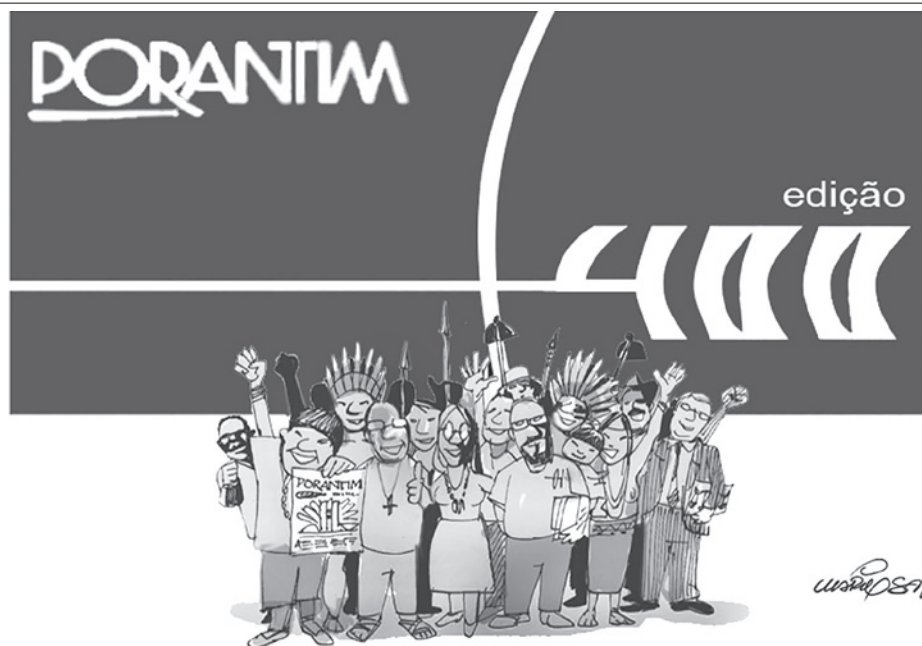
Na América Latina, o Brasil é o país mais atrasado no entendimento de que a consulta prévia, livre e informada deve ser obrigatória para quaisquer empreendimentos que afetem terras indígenas. Nossos vizinhos possuem jurisprudências definidas pelas cortes superiores. Assim deveria ocorrer no Brasil, só que não. Por essa razão o Ministério Público Federal (MPF) quer tornar a consulta, prevista na Convenção 169 da OIT, a qual o país é signatário, obrigatória. Algo que já deveria ocorrer, mas que vem sendo ignorada sistematicamente pelos poderes Executivo e Judiciário. "Foi a Convenção 169 da OIT que mudou o paradigma internacional e estabeleceu o respeito à diversidade étnica e cultural como bases da relação entre os estados nacionais e os povos abrigados em seus territórios", destaca nota do MPF.

Nem um pedido de desculpas

As empresas que controlam as usinas de Teles Pires e São Manoel, um total de quatro na divisa do Mato Grosso com o Pará, sequer compareceram ao encontro com os Munduruku programado para o início de outubro. Deixaram os indígenas esperando na aldeia Missão Cururu. A razão é estupefante: em ofício encaminhado ao MPF do Pará, alegaram que não prejudicaram os indígenas em nada, portanto não precisavam pedir desculpas. As usinas destruíram a cachoeira das Sete Quedas, chamada em língua Munduruku de Karobixé, ou mãe dos peixes, e o morro dos Macacos, chamado em Munduruku de Dekuka'a. Locais sagrados, de riquíssimo acervo arqueológico e espiritual aos indígenas. Os povos Kayabi e Apiaká também tiveram áreas inundadas pelas usinas.

Belo Monte se repete

As licenças do Ibama e da Funai para a instalação e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), se tornou um escândalo internacional diante de tamanhas irregularidades sublimadas pelos órgãos do Estado. A história se repete com a Usina Hidrelétrica de São Manoel. O Fórum Teles Pires denuncia que "as autoridades políticas do Ibama e da Funai simplesmente desconsideraram os pareceres de suas equipes técnicas na hora de decidir acerca da emissão sobre a Licença de Operação de São Manoel". Além da ausência da consulta prévia, livre e informada, um direito assegurado pela Convenção 169 da OIT, os povos indígenas experimentam como não funciona a democracia do branco.



O arrendamento de terras como tática de desterritorialização indígena no Brasil

Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Cimi

O ruralismo ampliou o raio de suas táticas anti-indígenas, em nosso país. Continua determinado a impedir as demarcações e a invadir e explorar as terras indígenas. A tentativa de legalizar o arrendamento destas terras é um forte indicativo de que estão também empenhados em tomar dos povos a posse das mesmas.

A bancada ruralista é o principal sujeito político do agronegócio e conduz, visivelmente, a estratégia do setor. É composta por parlamentares de diferentes partidos e regiões do país. No entanto, deputados que fazem parte do núcleo duro da bancada são provenientes da região sul do Brasil. Nesta região, a última fase de desterritorialização indígena, ocorrida por volta de meados do século XX, se deu fundamentalmente por meio da tática do arrendamento das terras dos povos, especialmente dos Kaingang.

Naquela época o arrendamento foi implementado nas terras indígenas por agentes públicos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído pela Funai em 1967, após denúncias de suas práticas anti-indígenas apresentadas pelo Relatório Figueiredo. O arrendamento se alastrou para dentro de terras como Nonoai, por exemplo, por meio de contratos porque lideranças Kaingang “aceitaram” os argumentos dos agentes públicos de que se tratava de uma forma de gerar ‘renda’ para as famílias indígenas. O argumento, embora falacioso, rompeu a resistência dos Kaingang que, aos poucos, foram sendo empurrados para uma área diminuta, onde a fome se alastrou e fez das crianças suas vítimas prediletas.

No caso da Terra Indígena Nonoai, na década de 1970, os Kaingang só tinham a posse de aproximadamente 3 mil dos 34.950 hectares demarcados no entorno de 1910. Aos arrendatários, o estado do Rio Grande do Sul concedeu títulos de propriedade e os fixou no local. Nos anos 70, além das famílias indígenas originárias de Nonoai, a pequena reserva abrigava centenas de famílias Kaingang que tinham sido expulsas violentamente de outras terras, tais como Serrinha e Ventara - locais que foram totalmente tomados pelos não-índios que acabaram sendo ‘titulados’.

Por meio da insurgência dos Kaingang contra o arrendamento e os arrendatários, detentores de títulos de propriedade, que parte destes foram expulsos de Nonoai no final da década de 1970. Mais tarde, na década de 1990, os Kaingang conseguiram reunir forças suficientes para iniciar processo de retomada de



A base do discurso ruralista repete a falácia da geração de renda para os indígenas usado pelo SPI

outras terras naquela mesma região, tais como Serrinha e Ventara. Mesmo assim, tais processos continuam inconclusos até os dias presentes. Na Terra Indígena Serrinha ainda restam não-indígenas na posse de uma parte da terra. Os casos de Ventara e Nonoai continuam em conflito judicial com ações tramitando no STF. Os processos discutem a validade ou não dos títulos de propriedade concedidos pelo governo estadual aos então arrendatários.

Nesses e noutros casos, entre a perda da posse da terra para os arrendatários e a retomada da posse, passaram-se algumas décadas e perderam-se centenas de vidas dentre os Kaingang. Em muitas outras situações, os indígenas continuam alijados da posse de suas terras. Estas continuam invadidas por não-índios, que entraram arrendatários e se mantêm na posse das mesmas como ‘proprietários’ delas.

A base do discurso ruralista, hoje, é formada pelo mesmo argumento falacioso da geração de renda para os indígenas usado pelos integracionistas do SPI para justificar o arrendamento das terras indígenas na região sul do país, em meados do século XX. Os deputados ruralistas da região sul sabem que se trata de um discurso divisionista, já testado com sucesso contra

os povos indígenas em passado recente, e buscam com ele o mesmo resultado: romper a resistência dos povos para fazer avançar os seus interesses de posse das terras indígenas em todas as regiões do país.

Neste contexto, algumas lideranças indígenas, inclusive das terras indígenas Serrinha e Nonoai, gravaram depoimento, essa semana, em apoio ao encontro promovido pela bancada ruralista neste dia 18 de outubro, que busca algum tipo de legitimidade à proposta do setor para a ‘legalização’ do ‘arrendamento’ de terras indígenas no país.

Estamos convencidos de que é a radicalização dos usos, costumes, crenças e tradições dos povos em suas terras devidamente demarcadas e protegidas que garantirá o futuro às suas novas gerações. A nós, como aliados dos povos, não cabe qualquer tipo de julgamento, muito menos ‘condenação’ à adesão de alguns indígenas ao discurso dos ruralistas. Cabe aos próprios povos, por evidente, a reflexão sobre sua história e as decisões acerca de seus projetos de futuro. Nesse caso, cabe-nos demonstrar e alertar que o arrendamento é mais uma tática de desterritorialização indígena e que a mesma faz parte do projeto ruralista de morte aos povos originários. ♦



Temer, o maitre do agronegócio

Gilberto Vieira dos Santos, do Secretariado Nacional - Cimi

Para os que gostam de cinema, permitam-me uma alegoria tendo como base "Titanic", filme de James Cameron que neste ano completará 20 anos. No premiado filme, que conta a história de um dos maiores naufrágios da história, visivelmente percebemos a disposição das classes sociais no transatlântico. Diferenças que se evidenciam principalmente quando o navio está afundando.

Desde a alçada de Temer à Presidência fica cada vez mais evidente para quem pilota este timoneiro. Nas luxuosas cabines do navio-Brasil, regadas à Moët & Chandon, seguem os ruralistas recebendo, em seus cardápios, opcionais que vão desde perdão das dívidas a refinanciamentos inimagináveis. Em matéria publicada pelo Cimi, podemos notar que além de timoneiro Temer também é um bom maitre. Citando a relação explícita do (des)governo com os ruralistas, afirma a matéria, referindo-se aos almoços da bancada ruralista em região nobre de Brasília:

"Recentemente, o banquete contou com a presença – nada incomum – de Michel Temer, com quem os ruralistas negociaram o perdão da dívida de R\$ 5,4 bilhões de proprietários de terras com a previdência rural. Para salvar-se das denúncias de corrupção e garantir sua permanência no governo, Temer foi generoso: autorizou o pagamento de dívidas rurais até 2032, com redução de 100% dos juros e de 25% das multas. O abono resultou que dos 263 votos pelo arquivamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente, 129 foram dados por deputados da FPA".

Esta promíscua relação já dava seus sinais quando Temer recebia, em abril de 2016, as propostas a ele entregue pelos ruralistas. Estas propostas, chamada "Pauta Positiva" da Frente Parlamentar da Agricultura, apresentava dentre as primeiras "necessidades do agronegócio" a chamada por eles "segurança jurídica". Após assumir ilegitimamente o cargo de Presidente participa de atividades do agronegócio, mantendo um discurso não muito diferente de Lula, embora não tenha chamado o setor de "heróis".

Na posse da nova diretoria da FPA, em fevereiro de 2017, Temer afirmou: "quando dizemos que o Brasil tem rumo eu olho na direção do agronegócio". Ninguém menos tomava posse naquela data que o deputado ruralista do PSDB de Mato Grosso, Nilson Leitão, presidente da Comissão Especial da PEC 215/2000 e investigado pelo Ministério Público Federal por atuar junto aos invasores da Terra Indígena Marãiwatsédé, do



As lideranças indígenas, por sua vez, vem reafirmando que não são peças de museu ou representantes do passado



povo Xavante, localizada no nordeste de Mato Grosso. Este mesmo que conduziu a CPI que supostamente investigaria Funai e Incra, e que na verdade converteu-se, já em uma segunda versão, em palco para pedir o indiciamento indígenas, servidores e organizações defensoras dos direitos dos povos indígenas.

Leitão, agora, sob as críticas dos povos indígenas e de organizações como a APIB, convoca uma audiência pública sobre agricultura indígena. Leia-se, trama para buscar a legitimação dos arrendamentos ilegais e efetivar a entrega das terras indígenas ao interesses ruralistas.

Aqui lembremos novamente de Cameron, que em outro de seus filmes, Avatar, evidencia que os interesses exploradores da natureza não respeitam nada que se interponha a possibilidade de transformar a natureza em riquezas apropriadas por alguns em detrimento dos povos.

As lideranças indígenas, por sua vez, vem reafirmando que não são peças de museu ou representantes do passado, mas povos que com sua diversidade, culturas e experiências nos apontam para um futuro onde na base não estão as riquezas apropriadas e privatizadas, mas o pleno exercício da partilha que gera igualdade. Talvez isso nos remeta a outro filme de James Cameron: O Exterminador do Futuro, cujo ator principal agora cede seu lugar à Temer e ao seu "exército de exterminadores".

Dentre as armas empunhadas, um Parecer de número 01, da Advocacia Geral da União, visivelmente resultado de algum almoço, jantar ou cafezinho de agentes do governo com o ruralista Luiz Carlos Heinze, como o mesmo divulgou em vídeos antes mesmo da publicação. O Parecer, assinado por Temer poucos dias antes, buscava de forma evidente influenciar o julgamento de Ações Cíveis Originárias no STF, ocorrido no dia 16 de agosto.

Como nas cenas finais da ficção Avatar, na realidade concreta dos povos indígenas as alianças seguem firmadas e os povos se unem na defesa do simples desejo de seguirem sendo eles mesmos em seus territórios.

Em repúdio às iniciativas da bancada ruralista e à audiência convocada por Leitão, o Instituto Raoni, em carta divulgada no dia 11 de outubro, sentencia: "Queremos manter nossos territórios para manter nossa cultura e nosso modo de vida. Nosso futuro depende do nosso território, livre de invasores e de parlamentares com opiniões e atitudes contrárias e que infere aos direitos indígenas". ♦

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio
 você contribui para o envio do jornal a
 diversas comunidades indígenas do país

Da Comissão Nacional da Verdade ao golpe de 2016

Por **Marcelo Zelic***, publicado originalmente no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil

Uma janela contra o esquecimento abriu-se aos povos indígenas quando, em maio de 2012, os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniram-se no escritório da Presidência da República, em São Paulo, com entidades de direitos humanos para discutir a inclusão da violência praticada pelo Estado contra os povos indígenas nos estudos da CNV.

Pouco antes, na Câmara dos Deputados, o genocídio Waimiri-Atroari havia sido tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), onde o indigenista Egydio Schwade também reforçou a necessidade desta inclusão.

Em novembro de 2012, a CNV constituiu um grupo de trabalho para investigar este tipo de violação. Ao publicar seu relatório final, em dezembro de 2014, a Comissão abriu a porta da Justiça de Transição aos povos indígenas, pautando, com a busca da verdade sobre as graves violações que sofreram entre 1946 e 1988, a necessidade de reparação aos atingidos, além de atribuir à demarcação de suas terras um papel central para que a justiça e a reparação tenham efetividade.

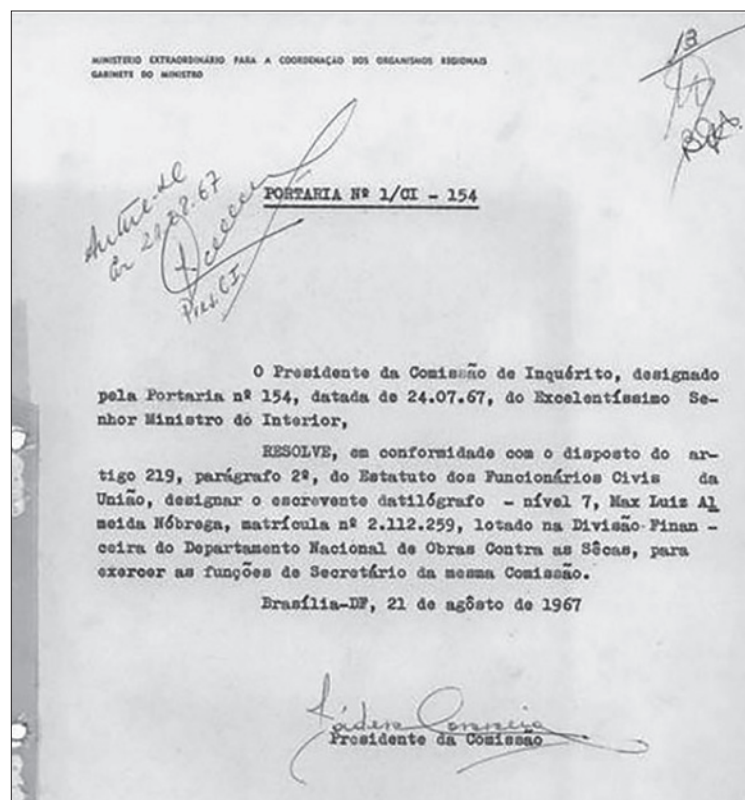
O relatório final proporcionou à sociedade um olhar mais amplo sobre a violência praticada pelo Estado no passado recente, incluindo vários outros segmentos atingidos e expondo um pouco da dor vivida por esses povos em sua relação com a sociedade não-indígena. A pesquisa deste grupo específico da CNV também explicitou as trágicas consequências destes povos terem sido considerados como entraves ao desenvolvimento nacional e desprovidos de saber e de direitos; visão preconceituosa difundida há décadas e que perdura até hoje, criminalizando outras formas de viver em sociedade.

A inclusão dos povos indígenas na Justiça de Transição gerou atritos com a política governamental, baseada em “mesas de diálogo”, que surgiram como uma forma de resolver a judicialização dos conflitos agrários, e tinha o objetivo de protelar as demarcações e buscar um “bom acordo”. Ou seja, impulsionado pela paralisação total das demarcações de terras indígenas no país solicitada pela Casa Civil, este “acordo” pretendia forçar uma solução desvantajosa aos indígenas brasileiros nas mesas coordenadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e fortalecer as negociações pela “governabilidade” com setores da bancada ruralista no Congresso Nacional.

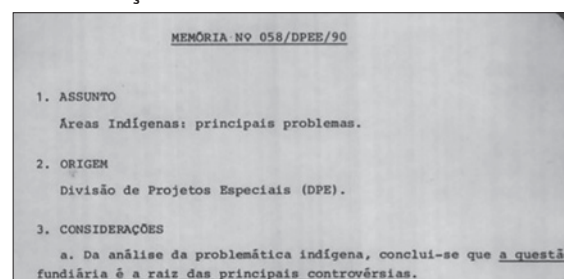
Um das mesas, realizada em maio de 2015, reuniu representantes dos povos Guarani e Kaingang, e teve um desfecho que fez cair máscaras. Os Guarani da Terra Indígena (TI) de Mato Preto foram as primeiras vítimas do esbulho e perderam 85% de seu território neste “bom acordo” conduzido pelo Ministério da



A inclusão dos povos indígenas na Justiça de Transição gerou atritos com a política governamental baseada em “mesas de diálogo”



Portaria nº 1 da comissão de investigação que produziu o Relatório Figueiredo; Fragmento do relatório de 1990 do Estado Maior das Forças Armadas



*Marcelo Zelic é diretor de Relações Institucionais do Grupo Tortura Nunca Mais-SP; e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; coordenador do Projeto Armazém Memória, foi um dos proponentes da criação do Grupo de Trabalho (GT) Indígena na Comissão Nacional da Verdade (CNV) e um de seus colaboradores

Justiça. Terra esta que já havia sido encaminhada em sua integralidade para homologação à Presidência da República, e reconhecida como território indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O acordo foi firmado mediante o impacto da prisão de diversas lideranças Kaingang que, semanas antes, acabaram presas enquanto aguardavam a chegada de Cardozo para a “mesa de diálogo” sobre suas terras. A comunidade ficou sem algumas de suas lideranças por meses, até que a Justiça lhes concedesse o direito ao habeas -corpus.

O povo Terena, por sua vez, em uma “mesa de diálogo” no Mato Grosso do Sul, na presença do ministro da Justiça e de diversos representantes ruralistas, introduziram elementos da Justiça de Transição na discussão e apresentaram documentos localizados que integram o Relatório Figueiredo. Perdido por 44 anos, este documento foi encontrado durante os trabalhos da CNV, e contém informações colhidas e sistematizadas nos anos 1960 sobre o esbulho de territórios e rendas de indígenas em várias partes do Brasil. A partir deste momento a figura do invasor de boa-fé passou a ser valorizada, como também criou uma porta para os que não o são, de modo que tivessem que justificar o roubo das terras indígenas. Após este episódio, as “mesas de diálogo” não prosperaram no Mato Grosso do Sul.

A política indigenista do mandato de Dilma Rousseff serviu aos interesses do governo para atrair o apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional e dos empresários do agronegócio nos estados. Apesar do governo ter mantido a paralisação das demarcações e realizado investimentos massivos no agronegócio, a bancada ruralista articulou e votou, com pouquíssimas exceções, pelo afastamento da presidenta Dilma, sendo

→ este setor muito beneficiado com o golpe de Estado que empossou Michel Temer em 31 de agosto de 2016.

O relatório publicado naquele mesmo mês pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre a situação dos povos indígenas e quilombolas da região Sul do país, traz um retrato das consequências desastrosas da política indigenista implementada entre 2011 e 2015.

“O conjunto das denúncias destes povos expressa um quadro adverso de conflitos fundiários, violência policial e aprisionamento de lideranças, agressões e declarações públicas de conteúdo racista pronunciado por autoridades e agentes públicos, desatenção e negligência dos órgãos públicos quanto ao atendimento à saúde, ao direito à convivência familiar e comunitária, à educação escolar, diferenciada e bilíngue, à moradia, à segurança alimentar, e à regularização fundiária, dentre outras violações”

Ceder direitos fundamentais de segmentos da sociedade por apoio político de forças contrárias a um projeto democrático, inclusivo, pluriétnico e popular resultou em retrocesso dos direitos humanos, desrespeito aos direitos constitucionais dos povos indígenas, desequilíbrio das forças em conflito, mais certeza de impunidade pelos que praticam a violência contra estes povos, acirramento dos conflitos, isolamento do governo e o emparedamento de suas ações até o desfecho do golpe.

Os povos indígenas pedem reparação, pelo passado e pelo presente

O genocídio de 85% da população Waimiri-Atroari também pede reparação e está documentado nos relatórios da CNV e das comissões estaduais de São Paulo e do Amazonas. Como consequência do massacre deste povo, houve a expropriação de 90% de suas terras indígenas, configurando-se como um crime de lesa-humanidade, conforme a Convenção nº 107, adotada em Genebra em 26 de julho de 1956, da qual o Brasil é signatário e a internalizou em nosso ordenamento jurídico através do Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 19667.

Em 2015, em vez de efetivar a Justiça de Transição e, como gesto concreto, mudar de conduta na aplicação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como recomendou a CNV, o governo autorizou a construção de um linhão de eletricidade cujo traçado cortará os 10% do que sobrou do território Waimiri-Atroari, de ponta a ponta. Desse modo, desconsiderou a necessidade de reparação recomendada pela CNV e também o relatório publicado pela OIT, que denuncia o Brasil pela violação da Convenção 169 ao não ouvir os povos indígenas atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Com isso o Estado brasileiro sinalizou à sociedade que não haverá reparação, que há um interdito na Justiça de Transição no Brasil e que a repetição de um novo ciclo de violência contra os povos indígenas é o custo, inevitável, do “progresso” e do “desenvolvimento”. Com o golpe político na Presidência do país, a Justiça de Transição e a democracia afastaram-se ainda mais das práticas político-sociais do Estado brasileiro.

Pouco antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em busca de apoio contra a aprovação do seu impedimento, o governo assinou algumas homologações e demarcações de terras, mas aí já era tarde.

Foram 5 anos de uma política indigenista subserviente ao agronegócio, onde ao menos 294 indígenas foram assassinados em todo o país entre 2011 e 2015. Alguns destes foram mortos pelas mãos do próprio Estado brasileiro; outros seletivamente pelo agronegócio, por participarem da luta pelas suas terras ancestrais, pela organização de suas comunidades



Conforme o mapa da plataforma Caci, os assassinatos de indígenas entre 2011 e -2015 ocorreram em todo o Brasil

“ O genocídio que está ocorrendo em pleno século XXI contra o povo Guarani- -Kaiowá, confinado desde a ditadura militar em pequenas áreas de terra, poderia ter sido evitado com o reconhecimento das terras indígenas no Mato Grosso do Sul, como apontaram organizações indígenas do estado”

e/ou por buscarem outros modelos de educação e empoderamento para seus povos; outros ainda pela triste situação de confinamento em que vivem, com pouquíssima terra e densidade populacional muito acima da média nacional, sendo esta uma das raízes da violência interna nas aldeias.

Em 2016, a Funai sofreu várias tentativas de deslegitimação de seu papel constitucional de demarcar as terras dos povos originários, teve uma redução drástica de seu baixo orçamento e recebeu os mais diversos tipos de pressão. Como resultado, inúmeras áreas indígenas em disputa foram degradadas e ocupadas pelo agronegócio, transformando as matas em monoculturas, áreas de criação de gado, de extração mineral, de extração de madeiras e de grandes projetos desenvolvimentistas, como hidrelétricas, linhões de eletricidade e estradas, que já se estabeleceram ou estão previstos para estas áreas.

O genocídio que está ocorrendo em pleno século XXI contra o povo Guarani- -Kaiowá, confinado desde a ditadura militar em pequenas áreas de terra, poderia ter sido evitado com o reconhecimento das terras indígenas no Mato Grosso do Sul, como apontaram organizações indígenas do estado. Desse modo, o valor do direito deles e sua importância como povos originários seriam sinalizados para o Judiciário e toda a sociedade local e brasileira. Esta solução, no entanto, é impraticável numa política indigenista vulnerável e submissa às demandas oriundas das tratativas por “governabilidade”, realizadas com a Frente Parlamentar pela Agropecuária no Congresso Nacional.

Conforme o mapa da plataforma Caci, os assassinatos de indígenas entre 2011 e -2015 ocorreram em todo o Brasil, sendo que o Mato Grosso do Sul continua sendo o estado mais violento, mantendo a primeira colocação do mapa de 2003-2010. Ao assumir, o governo Dilma não desconhecia a situação de conflito neste estado, pois as denúncias formais têm sido constantemente feitas através de organismos de direitos humanos internos e internacionais. O Mato Grosso do Sul também é uma das duas regiões em que ocorreu o maior número de suicídios de indígenas no Brasil em 2016, um total de 30 – mesmo número de suicídios ocorridos entre os Tikuna, no Alto Rio Solimões. Frente a este quadro de genocídio, demarcar as terras ancestrais dos povos originários é uma solução óbvia, necessária e urgente, mas o que tem predominado há décadas no período é a paralisação como política de Estado.

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade apontou em seu relatório final a não demarcação das terras indígenas como o principal fator da violência contra os povos nativos entre 1946 e 1988. Na ocasião, a CNV apresentou treze Recomendações ao Estado brasileiro, que foram recebidas pelo governo mas nunca analisadas, empurrando o trabalho da Comissão rumo ao esquecimento.

Com muito esforço foi realizada uma sessão pública para a entrega do Relatório Final à Presidência da República. Nenhuma palavra do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi ouvida sobre a criação da Comissão Indígena da Verdade, cujo objetivo é dar sequência aos trabalhos iniciados pela CNV. Pelo contrário, este Ministério contestou um pedido do Ministério Público Federal (MPF), junto à Comissão de Anistia, de reparação coletiva ao povo Krenak por ter vivido em situação de campo de concentração em sua própria terra durante a ditadura. Conhecido como “Reformatório” Krenak, a cadeia abrigou indígenas de vários estados do Brasil entre 1970 e meados dos anos 1980. Também houve a remoção forçada de indígenas quando a cadeia mudou de área, causando a perda de uma parte significativa de seu território.

Desse modo, é claro que o Estado brasileiro deve reparação aos Krenak pelos crimes de lesa-humanidade praticados, assim como tem uma dívida histórica com as outras centenas de povos que conseguiram sobreviver no Brasil.

O engavetamento das Recomendações da Comissão Nacional Verdade não se deu somente com aquelas treze voltadas aos povos indígenas. Em maio de 2015 este tema já não aparecia mais na imprensa, e tampouco era objeto de trabalho dos segmentos do Estado, que deveriam se debruçar sobre os encaminhamentos sugeridos pela CNV para realizarem a Justiça de Transição. Com o golpe, que colocou e mantém Temer na Presidência do país, o assunto foi enterrado de vez.

Quando a CNV afirma em seu relatório final que “a apropriação de terras indígenas e seus recursos foi favorecida, a corrupção de funcionários não foi controlada e a violência extrema de grupos privados contra os índios não foi punida. Com exceção de alguns casos esparsos, justiça não foi feita”, não retrata somente uma época, mas fundamentalmente expõe a conduta do Estado e demanda mudanças. A Comissão recomenda, dentre outras, a criação de mecanismos de não-repetição. À demarcação das terras indígenas, agregou-se a função de ser esse um dos mecanismos necessários para que a Justiça de Transição seja efetivada e a sociedade brasileira passe a se relacionar de modo respeitoso com os povos indígenas, reconhecendo seus direitos originários ao território tradicional.

O documento “Memória Nº 058/DPEE/90”, localizado no Arquivo Nacional e datado de 16 de agosto de 1990, trata dos principais problemas nas Áreas Indígenas no início do governo Collor, apontados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Destaca em suas considerações que “da análise da problemática indígena, conclui-se que a questão fundiária é a raiz das principais controvérsias”.

A verdade sobre as graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas é incômoda para os poderes da República, que desde 1990 tem ciência da centralidade e urgência de demarcar as terras indígenas como único mecanismo capaz de refrear as violências contra estes povos no país. É preciso apontar que em 2014 a Comissão Nacional da Verdade reafirmou o estudo do

“ O governo ilegítimo de Michel Temer, tão logo assumiu o poder, aprofundou os desmandos da política indigenista do governo Dilma. Anunciou a revisão das homologações e demarcações assinadas por sua antecessora. Entregou a Presidência da Funai e de suas regionais a setores anti-indígenas. Estrangulou o orçamento da instituição. Os conflitos recrudesceram contra o indígena brasileiro em todo o país depois do golpe parlamentar ”

EMFA e repetiu, 24 anos depois, a mesma necessidade para combater a violência e a impunidade.

O governo ilegítimo de Michel Temer, tão logo assumiu o poder, aprofundou os desmandos da política indigenista do governo Dilma, intensificando o processo de retirada de direitos. Imediatamente, o governo Temer anunciou a revisão das homologações e demarcações assinadas por sua antecessora, e vários processos com este fim passaram a tramitar no Congresso Nacional. Entregou a Presidência da Funai e de suas regionais a setores anti-indígenas, majoritariamente por indicação das bancadas ruralista e evangélica. Estrangulou o orçamento da instituição, diminuindo o quadro de pessoal, manteve as demarcações paradas e não tomou nenhuma atitude em relação à violência física praticada contra indígenas, que aumentou muito em 2016 e 2017. No campo da Justiça de Transição, trocou todo o quadro de membros da Comissão de Anistia, praticamente anulando a caminhada de inclusão destes povos às reparações. Os conflitos recrudesceram contra o indígena brasileiro em todo o país depois do golpe parlamentar.

No Legislativo, as forças ruralistas apresentaram vários projetos de lei com o objetivo de sustar tanto o rito de demarcação regulamentado em 1996, como - e tão grave quanto - o de sustar terras demarcadas e homologadas pelo Estado brasileiro. Esta ofensiva gerou um ambiente de insegurança jurídica para os direitos constitucionais dos povos indígenas, estimulando invasões aos territó-

rios, como foi o caso da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante.

Gravações feitas pela Polícia Federal comprovam que o deputado federal ruralista Nilson Leitão (PSDB-MT) estimulou famílias de agricultores a invadir esta terra tradicional.

Parlamentares ligados ao setor ruralista também atuam no sentido de intimidar lideranças indígenas de todo o país e instituições indigenistas históricas, por meio, por exemplo, de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

Em uma delas, instalada no Congresso Nacional, atacaram e intimidaram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Instituto Socioambiental (ISA), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e outras organizações, incluindo também a Funai e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o objetivo de perseguir os servidores públicos que trabalham em consonância com a missão destas instituições.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ao não declarar inconstitucional o “marco temporal”, estratégia jurídica ruralista que afronta o direito originário destes povos às suas terras, alimenta a violência que vivemos hoje.

No campo da Justiça de Transição, tal postura dos magistrados anistiará aqueles que no passado tomaram as terras indígenas com violência, os expulsaram e se estabeleceram nelas.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade traz elementos claros sobre as violações e violências sofridas por estes povos na defesa de seus territórios e a dificuldade de permanecer neles, tendo como agravante viverem em um regime de tutela, onde o Estado, mesmo sendo o tutor destes povos, era um agente aliado daqueles que lesavam seus patrimônios.

Protelar a decisão de inconstitucionalidade do “marco temporal” dificulta a internalização da Justiça de Transição no país e estimula os juízos de primeira e segunda instâncias a criarem uma jurisprudência inconstitucional contra o direito originário consolidado no ordenamento jurídico desde o começo do século XX.

São desafios da Justiça de Transição, para contrapor este ciclo de repetição da violência secular contra os povos indígenas e a retirada de seus direitos constitucionais, construir mecanismos reparatórios de estabelecimento da verdade, a demarcação de suas terras e a reparação aos povos atingidos, o controle e a promoção de responsabilização e a mudança de conduta do Estado e da sociedade, bem como fomentar a educação sobre os direitos desses povos.

Cabe às várias forças que hoje se mobilizam pelo retorno da ordem constitucional incluir a causa indígena e pautá-la junto às demais demandas da sociedade brasileira, para cancelarmos este interdito à Justiça de Transição e reestabelecer um rumo democrático e pluriétnico de convivência em nosso dia-a-dia, dando condições de existência a todos os segmentos que formam o povo brasileiro.

O Agro não é pop, o agro não é tudo. Há muito mais vida, e vida em abundância, na diversidade. ♦



Tiago Miotto/Cimi

Protelar a decisão de inconstitucionalidade do “marco temporal” dificulta a internalização da Justiça de Transição no país

FONTES DOCUMENTAIS:

- Relatório CNV - <http://www.cnv.gov.br/>
- Relatório CNV - Capítulo Indígena: <http://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade/6959>
- Relatório Conselho Nacional de Direitos Humanos - <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-do-gt-sobre-direitos-dos-povos-indigenas-da-regiao-sul-1>
- Relatório CEV- São Paulo - <http://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade/7164>
- Relatório CEV- Amazonas: <http://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade/1032>
- Decreto nº 58.824 de 14/07/1966 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58824.htm
- Convenção 169 OIT - http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf
- CACI - Cartografia de Ataques Contra Indígenas - <http://caci.cimi.org.br>
- Para ler as Recomendações da CNV, acesse: <http://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade/7009>

XXII Assembleia do Cimi

45 anos de teimosia e esperança

Assessoria de Comunicação, Cimi

Dom Erwin Kräutler, logo que chegou ao Xingu, na década de 1960, perguntou sobre o povo Kayapó. Disseram-lhe que eram indolentes, selvagens e em 20 anos não existiriam mais, assim como os demais povos indígenas do país. Tomou como missão estar ao lado dos indígenas e evitar que tal veredito ocorresse. A decisão havia sido tomada por dezenas de outros e outras religiosos e religiosas, espalhados pelo Brasil, convertidos à causa dos povos indígenas sob a luz de mudanças rebeldes no interior da Igreja Católica. O Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação abriram janelas. Anos mais tarde, em 1972, período dos mais duros da ditadura militar, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é fundado denunciando o genocídio em curso, à época, dos povos indígenas.

Em abril deste ano, o Cimi completou 45 anos. Segue denunciando a que estes povos estão submetidos. Celebrando os mártires, a esperança e a paz para os povos indígenas, ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro a XXII Assembleia Geral do Cimi, com o tema *O Cimi a serviço dos povos indígenas: teimosia e esperança na afirmação da vida*. “A palavra teimosia me marcou aqui nesse encontro. Trabalho de formiguinha. Meu povo tem uma relação antiga com o Cimi. Minha avó o chamava de Sino, lá nos anos 1970. Desde então tem sido fundamental o Cimi porque é quem é insistente e teimoso ao lado dos povos. Esteve ao nosso lado nos momentos mais duros, de mais perigo. Nos ajudou a montar nossas organizações de base, nosso empoderamento”, diz Cícero Jeripankó.

Missionários e missionárias, colaboradores, convidados e lideranças indígenas estão reunidos no Centro de Formação Vicente Canas, em Luziânia (GO), para debater a conjuntura, as lutas travadas pelos povos em defesa de suas terras e vidas, além de estratégias ao enfrentamento neste momento de graves retrocessos impostos aos direitos indígenas por um padrão de poder do Estado que perpassa governos, com destaque ao atual, fiador de todas as pautas anti-indígenas em curso no Congresso Nacional, e se respalda em setores do Judiciário. Dos 11 regionais do Cimi, chegam os dados desta realidade. “Megacorporações investindo no agrogócio, com florestas revertidas em pasto. Territórios sendo assediados pelo capital e para arrendamentos aos fazendeiros. Mas temos exemplos de esperança. (A Terra Indígena) Maraiwatsédé segue sendo uma vitória, resistindo às ameaças”, afirma Natália Bianchi Filardo, missionária do Regional Mato Grosso.

Egon Heck, do Secretariado Nacional e um dos fundadores da entidade, lembra que a Amazônia sempre foi um grande desafio, ainda é e será no futuro. “São grandes os interesses econômicos a serem enfrentados. Conseguimos aumentar a presença missionária no Regional Norte I, motivando esse trabalho tão importante”, frisa. A atual coordenadora do regional, Adriana Huber Azevedo, destaca que apesar de ser a região com mais terras indígenas demarcadas, há cerca de 180 territórios com demandas pendentes, sendo que destas aproximadamente 130 tiveram sequer qualquer tipo de encaminhamento por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai). “As terras indígenas já demarcadas

sofrem com invasões, grandes empreendimentos estatais e privados, garimpos e madeireiros. Há informações preocupantes sobre massacres contra povos indígenas em situação de isolamento voluntário”, pontua Adriana.

O encontro também é um momento dos missionários e missionárias trocarem experiências em face da pluralidade de povos apoiados pelo Cimi. Se trata da memória viva desses 45 anos de caminhada do Cimi, compartilhado entre as gerações de indigenistas formados no convívio das aldeias, acampamentos e retomadas. “Existem muitas diferenças nas atuações, mas o racismo, a violência e falta de garantias quanto à demarcação revelam que se trata de um padrão que envolve povos em contexto urbano ou rural”, defende Aleandro Silva, do Regional Sul do Cimi e que atua em São Paulo. A própria atuação do Cimi em Brasília foi lembrada, envolvendo embates junto aos Três Poderes da República, entre conquistas importantes, caso do artigo Dos Índios da Constituição Federal, a duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) movidas contra o Cimi e os povos indígenas – bem como contra a atuação da Funai e demais organizações que comungam o apoio incondicional a esses povos.

A programação da XXII Assembleia Nacional seguirá até sexta-feira, dia 27, e contará com espaços voltados à organização interna e de fala das lideranças indígenas vindas de todo o país para a atividade. “O Cimi preza por ouvir o clamor dos povos, sujeitos históricos de suas próprias vidas. Habitualmente os encontros do Cimi priorizam essas falas e por elas pautamos nossa atuação. Temos um quadro na conjuntura política que trazem desafios. Entendemos que os povos indígenas possuem respostas de resistência e esperança”, afirma Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi.

Para o coordenador do Regional Cimi Sul, Roberto Liebgott, “o profetismo dos indígenas, a resiliência e a mística os trouxeram até aqui. Sem dúvida todos e todas têm o que aprender com isso. A Assembleia do Cimi é um espaço em que os missionários e missionárias renovam seu voto de fidelidade aos povos indígenas e, sobretudo, aprendem com eles”.

Fotos: Guilherme Cavalli/Cimi



Em abril deste ano, o Cimi completou 45 anos. Segue denunciando a que estes povos estão submetidos. Celebrando os mártires, a esperança e a paz para os povos indígenas, ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro a XXII Assembleia Geral do Cimi, com o tema *O Cimi a serviço dos povos indígenas: teimosia e esperança na afirmação da vida*.





“A teimosia é uma necessidade”, diz Nailton Pataxó Hã-hã-hãe ao lado dos representantes indígenas

Teimosia, substantivo feminino, palavra que define aquilo - ideia, posição - que se estende durante muito tempo; que não termina com facilidade; insistente ou prolongado. A causa indígena é, portanto, sinônimo de teimosia. Para os missionários e missionárias do Cimi, a escolha desta palavra como mote da XXII Assembleia Geral não ocorreu por acidente. “A teimosia é uma necessidade porque é a continuidade da resistência. Resistir, ser teimoso, é uma disposição necessária para a continuação do trabalho. O território do meu povo pode estar livre, mas há muitos parentes com as terras para serem demarcadas, os invasores retirados”, afirma o cacique Nailton Pataxó Hã-hã-hãe, da Bahia.

“Eu fui teimoso, sou teimoso e seguirei teimoso. O mundo fica moderno, a gente consegue algumas vitórias, mas as dificuldades são as mesmas. A modernidade deixa tudo mais difícil também. Internet, televisão, whatsapp: isso traz alguma dificuldade. Engraçado, mas isso só atrapalhou a comunicação. Se faz muita coisa com os dedos, mas deixou-se de falar de forma comunitária. Tá um do lado do outro falando com os dedos. O meu sonho não acabou. Pensava que era a conquista do território, mas eu descobri que a minha paixão é pelos povos indígenas do Brasil”, complementa o cacique. Numa luta que vem desde o final da década de 1970, Nailton Pataxó Hã-hã-hãe explica que deseja a felicidade que sentiu, ao ver o último o invasor deixar o território de seu povo, a Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, para todos os demais parentes. Esperança, sonho, utopia e teimosia.

Outra teimosa é dona Zenilda Xukuru, de Pernambuco. “Quando me levaram o convite para esta assembleia, eu achei bem forte esse tema: teimosia. Mas ao mesmo tempo eu fiz a análise da palavra, essa luta dos povos indígenas é uma luta de teimosia. Na esperança dos dias melhores a gente vive na teimosia. Tema forte e significativo, porque mesmo assassinando as nossas lideranças nós somos resistentes. Precisamos estar nas nossas terras”, diz. “Quando assassinaram meu marido (o cacique Xikão Xukuru, em 1998), pedi calma ao povo porque hoje nós estávamos o enterrando, mas amanhã essa semente faria germinar novos guerreiros. Entreguei meu filho anos depois para ser cacique e conquistamos nossa vitória. A esperança não morreu em nenhum momento, mesmo com a morte e a dor”, acrescenta.

“A assembleia acontece num momento crítico”

Falar em “conjuntura difícil” para a questão indígena é quase um pleonasmo em face da história destes povos após a invenção do Estado Nacional brasileiro. Lindomar Terena, do Mato Grosso do Sul, faz questão de frisar tal ponto de vista para contextualizar a sua fala: “Os ataques por parte do sistema capitalista ocorreram na história de diversas formas diferentes. Hoje em dia acontece de forma mais abusada, descarada. A Assembleia do Cimi ocorre num momento particularmente crítico”. Para a liderança indígena, é preciso criatividade para construir a luta.

“Percebo que o jeito que vínhamos pensando deu certo em grande medida, mas nossos inimigos, que são aqueles que desejam acabar com o nosso direito à terra, aprenderam assimilando nossas estratégias. Os ruralistas chamam indígenas para falar a favor de arrendamentos (...) esses parentes não vendem o povo, mas a alma. Então na Assembleia do Cimi a gente consolida ideias para novos planos, novas ações, novas ideias”, explica. Lindomar acredita que o Cimi faz com que “os planos da entidade partam do que os povos vivenciam. Precisamos de aliados assim”.

Conforme o Terena, “a teimosia está em não dobrar os joelhos mesmo com as grandes dificuldades que enfrentamos”. Ele explica que no Mato Grosso do Sul “assistimos constantemente a criminalização dos povos indígenas, as perseguições. Inclusive contra o Cimi, que respondeu a duas CPI’s (Comissões Parlamentares de Inquérito). A teimosia é não dizer amém pro sistema, pro Estado. A gente pensa: como é que se teima? Contra o Estado, nós vamos teimar? Se a gente analisar nós vamos ver que não estamos sendo teimosos, mas pedindo pra cumprir a Constituição”. Para o indígena a teimosia está em não ceder aos poderosos, que usam todo o aparato econômico e repressivo do Estado para impedir a conquista do direito à terra.

Como a Assembleia Geral foi marcada por uma mística festiva, muito ligada ao ambiente espiritual, Lindomar Terena ressalta que é este aspecto que “ordena a luta dos povos, faz com que os caminhos se abram e protegem o povo e as lideranças. Se formos de corpo aberto, tombaremos muito mais fácil. A parte espiritual precisa estar ativa e presente. Precisamos de uma proteção sobrenatural”.

Dom Roque Paloschi, presidente do Cimi

Assembleia traz a alegria da vida e da ação de cada missionário e missionária. Marcada pela presença dos povos indígenas, razão de existência do Cimi. Traz esse empenho e caminhada dos 45 anos. Teimosia e fidelidade à vida e ao que o Cimi é. Renovamos esse compromisso, nadando contra a correnteza. A causa exige que a gente se renove, que nos refaçamos. Vale a pena gastar a vida, como tantos mártires do Cimi e dos povos indígenas, em uma luta por um mundo justo e livre. Teimosia e esperança: na profecia existe essa perseverança. Colocar a mão no arado e não contabilizar mais o que nos ataca diante daquilo que nos fortalece. Temos de seguir na alegria do Bem Viver, continuar aprendendo com os povos originários e na certeza do que a Encíclica *Ladauto Si*. nos ensina: felicidade na sobriedade, na simplicidade, sem exaurir os recursos da natureza e acabar com os povos que nela habitam.



Emilia Altini, vice-presidente do Cimi

OCimi celebrar 45 anos de experiência em sua Assembleia Geral se trata de um momento muito forte. Nos encontramos, convivemos, trocamos as experiências da missão junto aos povos. A causa indígena se torna mais viva, presente. São 45 anos de compromisso e teimosia. Na assembleia renovamos também a questão do testemunho; a ousadia, que precisamos cada vez mais, para enfrentar desafios renovados. Todo corpo que soma na luta dos povos indígenas também faz parte disso. As assembleias motivam os missionários a renovarem sua profecia, em ser um missionário e missionária na profecia, somando com a luta e a esperança. Os povos indígenas nos animam. A gente a cada dia amanhece pensando que a política do governo brasileiro para os indígenas nos remete a essa luta. Todos os dias são novos martírios aos indígenas. A luta do Cimi, dos missionários e funcionários, é ao lado dos povos indígenas e que nenhum direito seja desrespeitado.



Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi

A Assembleia Geral aconteceu num ambiente contextual bastante conflagrado contra os povos indígenas, seus direitos e seus aliados. São grupos ligados ao agronegócio, mineradoras, dos empreendimentos que visam a invasão e exploração das terras indígenas e evitam que os povos conquistem suas terras tradicionais. Um momento especial para o Cimi discutir suas prioridades para os próximos dois anos. Povos em contexto urbano, espiritualidade, economias indígenas, Bem Viver e todas as outras dimensões da ação missionária dos povos indígenas no Brasil. A Assembleia foi propositiva, os participantes se empenharam em todas as tarefas; foi celebrativa, festiva. Mesmo num ambiente de conflagração contra os povos precisamos manter a esperança e a animação para que a caminhada se torne menos árida.

Egon Heck, Secretariado Nacional do Cimi

Participar de um momento de Assembleia é sempre um espaço muito rico de transformar aquilo que a gente vive em dois anos numa partilha, num momento de avaliação, de traçar rumos e estratégias. São 21 Assembleias do Cimi já que eu participei. Nas assembleias está o instrumento para definir os rumos de compromisso radical pelos povos indígenas. Cada uma possui característica própria, mas em todas a prioridade da terra nunca deixou de entrar; território, o campo do sagrado, autodeterminação, fundamento para a sobrevivência dos povos indígenas. (Nesta edição) Teve também a gravidade do momento, muito cruel contra os direitos dos povos indígenas. Querem tirar deles o projeto de vida, de futuro, sua maneira de viver. Três dimensões eu destaco nesse histórico de assembleias: terra/território, autodeterminação e a transformação da sociedade brasileira para uma sociedade plural. Isso permanece até hoje. O Cimi sempre foi um pequeno grupo de pessoas, teve no máximo 350, 400 pessoas. Hoje bem menos. A Funai já teve 7 mil, 8 mil. Conseguimos ser um grupo que não desanimou diante de nenhum cenário adverso. Acho que essa característica de testemunho e compromisso sempre foram as maiores características do Cimi.



XXII Assembleia Geral do Cimi

DOCUMENTO FINAL

“Benditas as mãos que se abrem para acolher os pobres e socorrê-los: são mãos que levam esperança”

Mensagem do Papa Francisco para o “Primeiro Dia Mundial dos Pobres”, 19 de novembro de 2017

Realizou-se, de 24 a 27 de outubro de 2017, no Centro de Formação Vicente Cañas, a XXII Assembleia Geral do Cimi - Conselho Indigenista Missionário. O tema do evento foi: “O Cimi a serviço dos Povos Indígenas: teimosia e esperança na afirmação da vida”. Nesta perspectiva, as lideranças indígenas, os missionários e missionárias, bispos e representantes de entidades e instituições presentes à Assembleia afirmaram as razões de sua esperança num Brasil dividido entre ricos, corruptos e pobres cuja vida nos fala de razões de desespero. No último ano, registrou-se 106 suicídios de jovens indígenas. Os gritos de desespero são gritos que denunciam a injustiça e a mentira, que exigem que a terra seja desligada do seu valor de mercado e que sejam reconhecidos seu valor de uso e seu valor místico para os povos indígenas.

Vivemos num contexto de exploração econômica em que o capital, para continuar o processo de colonização, alienação e aumento de sua margem de lucro, precisa impor, como regras, a desregulamentação de direitos fundamentais, a criminalização das lutas e dos lutadores, a invasão e ocupação das terras indígenas por empreendimentos econômicos devastadores da natureza, o rebaixamento dos salários, a precarização do trabalho, a terceirização dos empregos e a aceleração da produção, com a substituição dos operários pelas máquinas.

Sabemos que, se em nossa sociedade não há esperança para os povos indígenas nem para as classes desfavorecidas, tampouco haverá esperança para as elites! O nosso lugar, neste contexto, é o de estar ao lado dos povos indígenas e no meio deles. Ao defen-

der nossa opção preferencial pelos povos indígenas, defendemos igualmente o Bem Viver e a “sobriedade feliz” (LS 224) de todos. E numa sociedade cuja lógica é a sobriedade feliz não haverá lugar para privilégios nem privilegiados. Num momento em que a democracia em nosso país mostra toda a sua fragilidade por causa da corrupção e do clientelismo, nós somos decididos defensores de uma democracia purificada por uma ética de solidariedade. “Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção”, - nos diz o Papa Francisco - “requer-se uma decisão política sob pressão da população. [...] Se os cidadãos não controlam o poder político [...] também não é possível combater os danos ambientais” (LS 179).

Para o Cimi, a reconstrução ética do nosso país exige a construção de alianças entre todos que se dispõem a dar voz ao sofrimento dos povos indígenas e dos pobres e a lutar pela afirmação da vida humana e da vida do planeta terra. A natureza é uma aliada fiel dos povos indígenas, pois eles se encontram “entre os pobres mais abandonados e maltratados” (LS 2). A Assembleia do Cimi recebeu com entusiasmo a proclamação do Sínodo Pan-Amazônico pelo Papa Francisco, porque sabe que esse Sínodo vai dar uma ressonância mundial à voz dos povos indígenas, suas condições de vida e suas propostas alternativas para salvar o planeta Terra.

Entre os muitos desafios atuais, precisamos dar importância às diferentes formas de luta e resistência dos povos indígenas pela garantia de seus direitos e no enfrentamento das injustiças e violências. Eles nos ensinam que as lutas políticas, jurídicas e sociais não

estão deslocadas de suas cosmovisões e de suas espiritualidades, mas se somam e fortalecem as relações místicas que norteiam a vida.

A XXII Assembleia Geral do Cimi, no seu comprometimento com a causa indígena, definiu para o período de dois anos as seguintes prioridades: terra e território como fundamento da vida; povos em contexto urbano, destacando o processo formativo junto à juventude; espiritualidade indígena como pano de fundo de suas lutas e fortalecimento de outras dimensões; e economias indígenas e bem viver.

A denúncia do sofrimento dos povos indígenas é anúncio da Boa-Nova do Evangelho. A vida e o futuro dos povos indígenas dependem da desconstrução do sistema que atenta contra a sua existência. A nossa esperança está na construção de uma nova sociedade na qual convivem culturalmente diferentes e socialmente iguais. A existência dos 45 anos do Cimi já representa uma antecipação dessa sociedade alternativa no sonho e na utopia. Não nos deixemos oprimir pela falácia do “fim da utopia”, o que significaria jogar os nossos mártires ao lixo de uma história sem memória.

Seguiremos “a serviço dos Povos Indígenas: com teimosia e esperança”, na afirmação da vida, sempre. Aos povos indígenas, missionários e missionárias de nossos regionais e aos nossos aliados, digamos com o Papa Francisco: “não deixem que nos roubem a esperança” (EG86).

Centro de Formação Vicente Cañas, Luziânia, GO,
 27 de outubro de 2017.
 XXII Assembleia Geral do Cimi



Renato Sarriane/Cimi

PORANTIM Edição

Da imprensa alternativa à internet, o jornal completa mais um ciclo rumo aos 40 anos

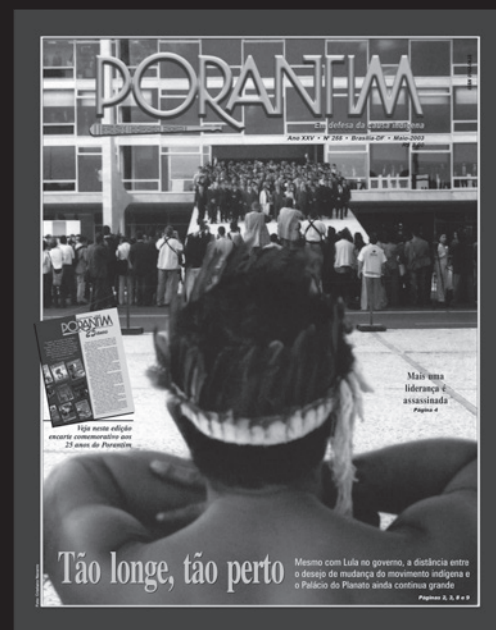
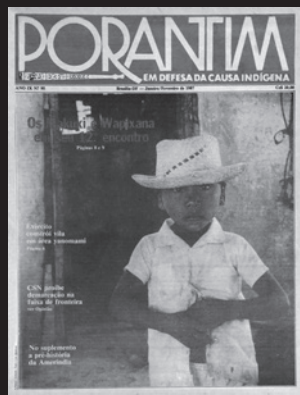
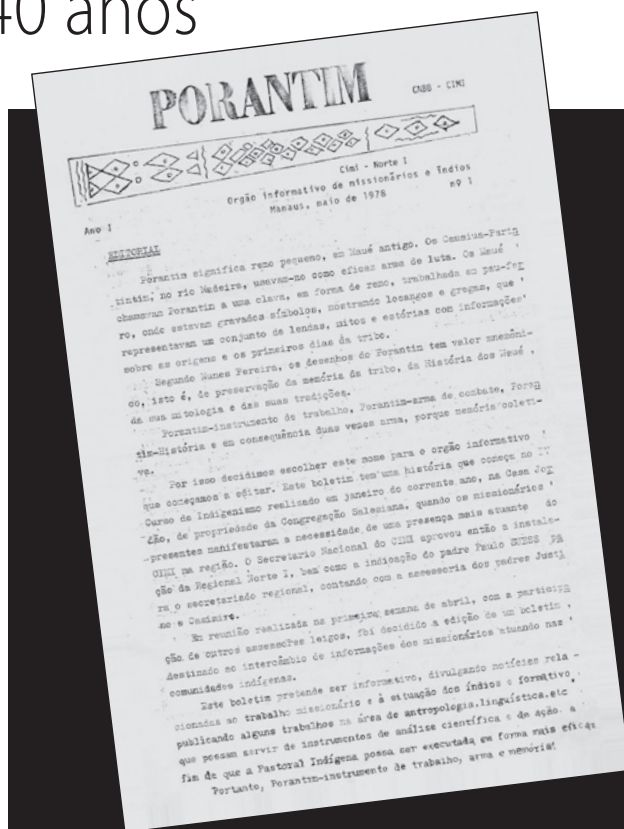
Assessoria de Comunicação - Cimi

O Porantim é a publicação indigenista mais antiga e em circulação no Brasil. No próximo ano, o jornal completa 40 anos. Nasceu seis anos depois da fundação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização responsável por fazer com que a publicação chegue às aldeias e aos espaços onde a causa indígena precisa ecoar. Neste mês de novembro, o Porantim se encontra à edição 400 - um feito memorável, importante de ser celebrado após quase quatro décadas de enfrentamentos sistemáticos em defesa da vida e da terra dos povos indígenas.

Fundado por um antropólogo, Renato Athias, um missionário indigenista do Cimi Regional Norte I, Paulo Suess, e um jornalista, José Ribamar Bessa Freire, seu primeiro editor, *Porantim* é um nome emprestado do povo Sateré-Mawé e pode ter ao menos três significados: remo, memória e arma. Até 1982, o jornal teve como sede Manaus (AM). Com a ida do Secretariado Nacional para Brasília, o Porantim ganhou nova redação na Capital Federal comandada pelo jornalista Antônio Carlos Moura, já falecido. Nessa fase o jornal passa a ter abrangência nacional; antes debruçava-se de maneira mais integral às questões indígenas da Amazônia.

Até o término da ditadura militar, o jornal foi acossado pelo regime. Não havia um censor para verificar os textos antes de publicados, como acontecia com os jornalões na época, mas o Porantim cerrava fileiras ao lado de publicações como Movimento, Pasquim, Tribuna Operária, Opinião, Versus. Jornais que compunham a chamada 'imprensa alternativa' - combatida de forma dura e assassina pelo governo militar. Moura chegou a ser preso, na Rodoviária de Brasília, quando tentava embarcar remessas de Porantims para os regionais do Cimi espalhados pelo país. O jornal, portanto, chega na edição 400 com essa história de luta e entrega à causa indígena.

Convidamos alguns ex-editores e ex-editoras a compartilhar uma pequena, mas substancial memória destas 400 edições. Jornalistas que dedicaram anos de suas vidas profissionais ao Porantim e à causa indígena, sem nunca terem deixado de tratar da questão em suas produções posteriores - seja na academia, na vida pública ou no próprio jornalismo. No rumo dos festejos de seus 40 anos, o Porantim celebra com um novo ciclo que se abre perante os desafios da informação rápida, veiculada por multimeios e pulverizada da internet, mas ainda com demandas por aprofundamento, credibilidade e acompanhamento sistemático e *in loco* à causa indígena.



Fundado por um antropólogo, Renato Athias, um missionário indigenista do Cimi Regional Norte I, Paulo Suess, e um jornalista, José Ribamar Bessa Freire, seu primeiro editor, Porantim é um nome emprestado do povo Sateré-Mawé e pode ter ao menos três significados: remo, memória e arma

Fotos: Arquivo Cimi



Jornal sofisticado, profissional

Antônio Carlos Queiroz, o ACQ, repórter do Porantim entre abril de 1982 e março de 1983, e editor de janeiro de 1989 a fevereiro de 1995

Em agosto de 1982, reuniu-se pela primeira vez em Brasília o Conselho Editorial do Porantim. Pouco antes da reunião, Dom Tomás Balduino, um dos conselheiros, comentou comigo, e com o editor Antônio Carlos Moura, que o Porantim era "o único jornal da Igreja sem cheiro de sacristia". Talvez tenha sido esse o maior elogio já feito ao Porantim.

Naquele encontro, o Conselho Editorial chegou à conclusão de que o jornal "não tem caráter exclusivamente pastoral - ou confessional. É, antes, um jornal de denúncia, de análise, de informação, que, nessa linha, presta um serviço às lideranças indígenas, aos missionários, aos antropólogos e demais profissionais ligados à causa indígena e à opinião pública em geral". Sua principal característica, mantida nessas quatro décadas, com os altos e baixos de praxe, foi a prática do jornalismo no sentido mais nobre, sofisticado, profissional. É a minha opinião. →

→ Comecei a trabalhar no Porantim em abril de 1982, a convite de Antônio Carlos Moura, de quem tinha sido colega no Movimento, um semanário de combate à ditadura, fechado em novembro do ano anterior. Minha primeira tarefa foi acompanhar o secretário nacional do Cimi, Paulo Suess, na secretaria gráfica da edição 38, que trazia “um retrato da nossa população indígena” - dados estatísticos sobre os povos sobreviventes e as terras que lhes restavam. Na época, a Funai tentava extinguir as nações indígenas pela estatística, rebaixando as suas populações. O Cimi fazia exatamente o contrário, redescobrimo e contando os restinhos dos povos que insistiam em renascer.

Com poucos recursos, fizemos grandes escarcéus naquele ano. Denunciamos os critérios de sangue (fator Diego), inventados pelo coronel Zanoni Hausen, da Funai, para certificar quem seria índio autêntico; botamos a boca no trombone contra o médico que ligou ilegalmente as trompas de Everon, uma Kayabi que tinha parido trigêmeos no Hospital de Base; protestamos contra a tentativa da Funai de fechar o Museu do Índio etc.

Com tanta desgraça, sobrou espaço para o bom humor. Publicamos então uma novela em quadrinhos sobre a aliança das traças (do museu) com o morcego-vampiro (os fatores sanguíneos).

O Moura morava em Goiânia. No final do mês, vinha para Brasília para editar o jornal. O esquema durou até março de 1983, quando tive de sair do Cimi para assumir outro compromisso profissional. Em janeiro de 1989, porém, voltei para o Porantim, dessa vez para ficar seis anos como seu editor. Tenho mil e uma histórias a mais.

Antes de acabar o papel, devo dizer que o Porantim ganhou, no dia 20 de outubro de 1989, o prêmio Pierre Chevalier, “por seu trabalho abnegado em favor dos indígenas”. O prêmio foi outorgado pela União Católica Internacional de Imprensa (UCIP). Tivemos até que produzir uma edição do jornal em alemão, sob os auspícios de uma entidade da juventude católica da Áustria. O muro de Berlim seria derrubado dali a duas semanas e meia. Nós insistimos no levante dos povos indígenas.

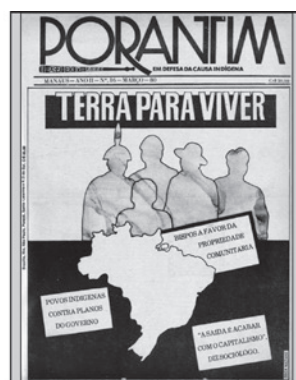
Porantim é para sempre

Railda Herrero, Foi repórter e editora do Porantim entre 1983 e 1986, sendo colaboradora do jornal até os dias de hoje

Quem me apresentou o Porantim foi Severino do Ramo, jovem poeta que migrou da Paraíba com a família Potiguara para o Jardim Helena, na carente zona leste, onde o poluído rio Tietê vazava os dejetos paulistanos na temporada das chuvas. Amigo querido na militância nas causas populares da periferia, o poeta divulgava e inspirava a leitura do jornal criado em Manaus no final da tenebrosa década de setenta.

Eram tempos bicudos, ainda da ditadura militar, mas as vozes começavam a se levantar com o abrandamento da censura. O Porantim circulava ao lado de jornais como Movimento, Opinião e Versus, nas bancas de jornais e livros de resistência, e a causa indígena ganhava corações dos que empunhavam bandeiras pelas liberdades democráticas e por um mundo mais justo. Fui fisgada pela causa ao ler os artigos de Ribamar Bessa, os editoriais e poesias de Paulo Suess, e dos Pedros Tierra e Casaldáliga e ao conhecer a coragem do Cimi em enfrentar os militares, denunciando os abusos contra os povos indígenas nos grotões do Brasil naqueles tempos difíceis.

Em abril de 1983, indicada pelo poeta potiguara a Benedito Prezia, fui entrevistada por Paulo Suess no saguão do aeroporto de Congonhas e saí de lá abraçada a um sonho, uma causa inspiradora. No dia seguinte, larguei dois empregos e as correrias da louca São Paulo dos tempos animados de abertura democrática e fui para a sisuda Brasília, militarizada e pouco populosa, que ainda comportava grande parte de seus moradores no avião desenhado por Oscar Niemeyer. Começava uma das mais importantes viagens da minha vida.



Uma viagem a um Brasil tão velado, que eu também precisava descobrir para ajudar a desvelar. Uma viagem a diferentes culturas e realidades que me fez repensar a história pessoal e oficial. Eram tantas histórias, tantas culturas milenares, mas sobravam denúncias de abusos a divulgar, que tomavam quase todo nosso tempo e espaço no jornal.

O jornalista Antônio Carlos Moura, militante de peso da arquidiocese de Goiânia, editor do Porantim, passou o bastão, apesar do amor ao jornal. Para forçar a abertura política era necessário atuar em diversos campos e ele partiu para o político partidário. O jornalista Antônio José Reis veio do Maranhão reforçar a equipe, magra demais para tantas tarefas naquele período efervescente.

Jornal, assessoria de imprensa/relações com as bases e com instituições nacionais e internacionais, edição de materiais e livros, coberturas de eventos e acompanhamento das representações indígenas que se multiplicavam nas trilhas burocráticas brasilienses. As tarefas eram muitas com o Cimi tentando se estruturar para enfrentar os desafios da nova conjuntura, ampliando pequenas conquistas do final da ditadura militar.

O estresse da carga pesada era compensado com a camaradagem, com a alegria dos ares da mudança, com o apoio das bases, com as amizades, laços que se firmaram para toda a vida. A energia com que o país se levantou das botas dos coturnos era contagiante, pautava atitudes, sonhos. Esse espírito encorpou o movimento pelas “Diretas Já” e a Brasília zumbi esverdeada despertou com tantos cutucões dos movimentos sociais, indígenas e indigenistas. A cidade estava firme na batalha pela aprovação da emenda pelas Diretas Já, em 1984. E seguiu efervescente no processo que garantiu a Constituição cidadã, em 1988.

Sem meios

Fatura de trabalho, “fatura” de meios. Assim era o setor de comunicação do Cimi nos anos 1980. Sem computador e celular, sem equipe completa, garimpar dados e acompanhar os acontecimentos nas aldeias não era simples, apesar de todo o esforço dos regionais do Cimi e das organizações indigenistas e indígenas nas áreas, para nos enviarem notícias. O fechamento de cada jornal era quase um parto, da caça às notícias a escrever, reescrever, mudar, reescrever tantas vezes quanto necessário na velha máquina até tudo ir para o paste-up (colagem dos textos impressos). Revisar, emendar, re-revisar, virando



noites nas gráficas, até o fotolito ser gravado numa chapa para a impressão, e, no dia seguinte, ajudar no mutirão para dobrar e despachar o jornal aos mais variados e distantes rincões.

Solange Rodrigues e Cilene Pereira cuidavam com carinho da administração e secretaria do jornal e das tantas tarefas para apoiar os trabalhos do Cimi. E não faltava o apoio de Leda Bosi Magalhães, Juarez Martins, Rosinha Brianezi da Silva, Lúcia Brand, Raimundo Cruz, Jósemo... e Aida Marise Cruz, que tornava a carga leve, espalhando alegria. O coleguismo e a dedicação dos colegas do Cimi eram imensos. Com esse espírito chegou o jornalista Eduardo Leão, que mergulhou de cabeça na questão indígena, assumindo integralmente nossa tarefa com Valéria Costa.

Colaboradores especiais

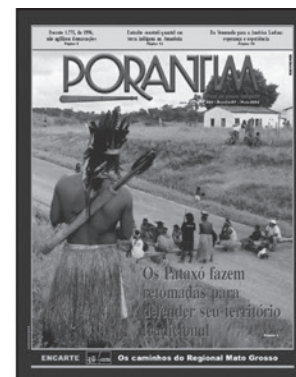
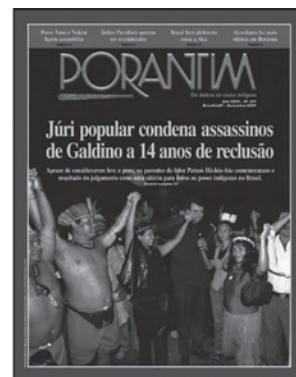
Eram muitos os colaboradores diretos ou indiretos do Porantim no tempo da abertura política no país. Antropólogos, juristas, missionários, indigenistas, indígenas, professores, bispos, estudiosos, linguistas, pesquisadores, fotógrafos, e entidades de apoio à causa indígena. Somavam-se aos colaboradores fixos, como um de seus fundadores, o teólogo Paulo Suess, ex-secretário do Cimi, cujos editoriais e textos eram peças poéticas, ao versar sobre a luta, a vida e a esperança dos povos indígenas. O secretário-executivo Antônio Brand era um companheiro imbatível na dedicação à causa indígena e no apoio à comunicação.

O secretário mochileiro, Egon Heck, era nosso pauteiro fundamental, trazendo das aldeias mais distantes e das bases as boas e más notícias, sempre com as mais sensíveis imagens. O advogado Paulo Machado Guimarães se encarregava dos textos jurídicos com a mesma paixão desmedida com que defendia a causa nos tribunais, enquanto organizava a assessoria jurídica do Cimi. Dom Erwin Krautler, em primeiro mandato à frente da presidência da instituição, era um grande companheiro e conselheiro, defensor incondicional dos direitos dos pequenos.

Benedito Prezia, secretário-adjunto sempre preocupado com a comunicação popular, passou a colaborar num projeto visando conquistar leitores nas escolas. A antropóloga Maria Lúcia de Macedo Cardoso elaborou os primeiros encartes. O projeto desembocou em suplementos culturais e artigos de Prezia, que se somaram e se transformaram em dezenas de livros publicados nas décadas seguintes.

Contamos com a colaboração especial de Aryon Dall’Igna Rodrigues, da Universidade de Brasília. O professor produziu uma série de artigos sobre as línguas indígenas para o jornal, que editamos em um livro, publicado pela editora Loyola em 1986. Com o título *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* foi escolhido pela Câmara Brasileira do Livro como um dos cem livros do século, ao lado de clássicos do pensamento brasileiro como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Para organizar o atropelado acervo do Porantim/Cimi, que se ampliava a cada dia, contamos com as preciosas dicas da fotógrafa Cláudia Andujar, em suas passagens por Brasília. A autora das imagens fantásticas dos Yanomami, que ganharam o mundo, era nossa



fonte de informações constante sobre a luta desse povo pela terra.

O Porantim canalizava esforços e pensamentos de muitos setores ligados à questão indígena. E nosso ideal era torná-lo cada vez mais plural e ampliar o público, trazendo o mundo desconhecido das aldeias ao Brasil anestesiado pelos resquícios do ideal militar de um país de uma única voz, única cultura, única língua.

Tive o privilégio de registrar vozes indígenas nas mais diversas regiões do país, ouvindo histórias, acompanhando lutas iniciais, que desembocaram em conquistas de terras, garantia de vidas. Entre os registros me impressionou o levante das comunidades da Raposa Serra do Sol, em Roraima, vitoriosas décadas depois. Acompanhei a garra dos Pataxó-Hã-hã-hã na retomada de suas terras no sul da Bahia e tantas outras lutas. Essas vozes me marcaram e aprendi a não desanimar nunca ao conhecer de perto a resistência pacífica dos Guarani em Mato Grosso do Sul. Ao entrevistar

um velho sábio Guarani Kaiowá, uma frase levei pra vida: “A gente não pode ficar bravo, porque o mundo pega fogo”. De outro sábio conheci o jeito guarani de cultivar, respeitando a natureza, lição que somente agora o mundo não indígena está prestando atenção. Registrei experiências de vida fantásticas, exemplares, entre elas a do missionário Vicente Cañas, morto por defender a terra dos Enawenê Nawê que ajudara a contatar em Mato Grosso.

Foram anos de intenso aprendizado e trabalho, até o esgotamento e a partida para novas viagens, levando na bagagem histórias para a vida inteira. Continuei contribuindo sempre que possível com a causa indígena, abrindo espaços para o tema nos lugares por onde passei. Na Rádio Internacional da Holanda fiz uma série de programas intitulada *Vozes Indígenas no Brasil*, em parceria com o companheiro Mario de Freitas, e esses registros resultaram no Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos de 2005.

Transformações, euforia, desconfiança, apocalipse

Cristiano Navarro, editor do Porantim entre 2002 e 2006; missionário do Cimi no Regional Mato Grosso do Sul de 2006 a 2008

Dois importantes desafios à função de editor da mais longa e importante publicação sobre questão indígena se apresentaram logo que cheguei, em 2002. O primeiro, colocado pelo secretariado do Cimi, seria encontrar uma nova linguagem capaz de ampliar o público leitor das informações colhidas pelos missionários e produzida por seu setor de comunicação. Foi aí que a ideia de mudar a linha editorial da comunicação, fazendo com que o Porantim refletisse esteticamente a ideologia e alinhamento político da entidade.



Com o intuito de deixá-lo o menos institucional possível, as reportagens do Porantim não tinham mais a necessidade de ter uma aspa conclusiva de um diretor do Cimi. A posição da organização passou a se encontrar diluída entre dados, informações, opiniões de lideranças indígenas, missionários, antropólogos e indigenistas. Nesse sentido, o excessivo número de fotos publicadas sob o argumento de “o missionário deve aparecer” teve um fim. A partir deste conceito, conseguimos mudar não só a comunicação com o público via Porantim e site, mas também a forma de nos relacionarmos com a imprensa na produção de releases, materiais gráficos para mídia e cursos de indigenismo para jornalistas.

O segundo, e maior, desafio apresentou-se pelo momento histórico e conjuntural em que se encontrava o país e em especial os movimentos sociais. A euforia pela possibilidade da chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República contrastava com o total descaso da Campanha Lula Presidente com relação ao movimento indígena. Já no fim do segundo turno, depois de todas as outras cartas compromisso, foi publicado um documento bastante genérico sobre as diretrizes da política indigenista.

Nos quatro anos que se seguiram, Lula não recebeu nenhuma vez sequer o movimento indígena. Por outro lado, o projeto neo-desenvolvimentista, inspirado na panaceia dos governos militares, se via representado pela transposição do Rio São Francisco, construção de hidrelétricas e apoio irrestrito ao agronegócio. Não obstante, de Norte a Sul, o Porantim pôde registrar em suas páginas o movimento mais combativo a este projeto de morte.

O jornal tratou do reconhecimento pelo Estado dos antes chamados povos ressurgidos, sobretudo no Nordeste, a conquista da homologação da Raposa Serra do Sol, o orgulho Xukuru de levar a luta de seu cacique Xikão adiante, a expulsão da gigante Aracruz celulose das terras Tupiniquim, a reocupação palmo a palmo da terra tradicional pelo Povo Pataxó, escrita a sangue. Rebeliões, nem todas vitoriosas, mas que, mesmo em meio ao apocalipse, seguiram fazendo da ação do Cimi um ponto inflexível ao colonialismo genocida. Ou como gosta de citar Dom Pedro Casaldáliga sobre o soldado anônimo que lutava contra a ditadura franquista, na Guerra Civil Espanhola: “Soldados derrotados de uma causa invencível”. ♦

Duas histórias sobre milhares de histórias guardadas nos Porantins

Priscila Delgado de Carvalho, Editora do Porantim em 2002 e repórter entre 2004 e 2008, sendo colaboradora e editora do jornal em ocasiões esporádicas

Em 2000, estava por acontecer um despejo na terra Nhandaru Marangatu. A violência e as taxas de suicídio no Mato Grosso do Sul não paravam de aumentar, e a desnutrição das crianças Guarani-Kaiowá se tornava um escândalo nacional. A então equipe do Cimi no Mato Grosso do Sul saiu em visitas pelas aldeias para obter mais informações. A equipe de comunicação, que trabalhava em Brasília, foi junto - precisávamos saber do que estava acontecendo no MS. Tive a imensa sorte de estar nessa viagem - da qual me lembro frequentemente. Dali saiu um encarte para o Porantim, com as notícias que mandávamos a cada madrugada - a hora fresca, em que escrevíamos, antes de entrar nas estradas para chegar a aldeias com pouca, quase nenhuma terra tradicional garantida.

Essa história diz dos problemas que vivemos e das histórias que contamos a partir deles, mas também da preocupação do Cimi com a comunicação - e não é pequeno o mérito de colocar a comunicação no planejamento das atividades como se fazia ali. Um acerto dos secretários (e secretaria) da época, mas era também uma tradição de valorizar o trabalho de contar sobre a vida dos povos indígenas.

No trabalho de produzir o jornal, chegar às medidas corretas nos tons dos textos sempre foi desafiador. Queríamos a vida, não queríamos imagens idealizadas. Muito mais vezes, porém, lendo a cobertura da imprensa comercial, reclamei do fato de que notícias de morte e violência encontravam seu caminho muito mais rápido do que aquelas que contavam sobre a força da vida dos indígenas. O Porantim evitou esse



erro, tendo se equilibrado entre a resistência, a luta, a força e a denúncia nessas 400 edições.

Bem antes de as notícias circularem pela internet com a velocidade que têm hoje, o Porantim já era um poderoso meio de circulação de informações entre missionários e, para minha própria surpresa, também entre indígenas. Tive certeza disso quando numa aldeia me deparei com uma jovem Tapirapé efetivamente lendo o jornal - outra das imagens que ainda me acompanham. Nem sempre, como editora, acertei o tom ou a quantidade dos textos - na ânsia de contar o que víamos, saíram muito mais letras e detalhes jurídicos do que ilustrações, fotos e legendas.

Em parte, isso acontecia porque o Porantim cumpre muitas funções. Uma imediata, narrando lutas por direitos. A outra, de registro: nessas páginas, estão algumas das histórias que estamos guardando para outros tempos, futuros.

PS - Qualquer história sobre o Porantim precisa contar também das pessoas que, a cada mês, fizeram o jornal existir, entre elas o diagramador, Licurgo Botelho, a revisora, Leda Bosí, e o Dadir de Jesus Costa, da administração do jornal. Que equipe!

Um pé na aldeia, um pé no mundo

Juventude Xakriabá segue os passos da resistência histórica do povo

Guilherme Cavalli, Assessoria de Comunicação - Cimi

“Quando caminhávamos nessas matas, um grupo de guerreiros deixava apenas um rastro. A pegada que permanecia era única”. Os passos dos indígenas Xakriabá que marcaram a terra vermelha do norte de Minas Gerais são lembrados hoje como trilha da resistência percorrida em unidade. Os marcos no chão e na história do povo se misturaram com o sangue dos mártires que regam o Cerrado. Foram muitos guerreiros tombados por um único direito. “Nossa resistência se edificou em nosso território. Tombamos para a garantia do lugar sagrado Xakriabá. Hoje são muitos que se erguem nessas terras”.

A jornada lembrada por Zé do Bem Vindo, presença histórica para a demarcação do território Xakriabá, é narrativa que completa 30 anos de luta e martírio. “A resistência dos anciãos e seus passos firmes nessa terra gestou a teimosia das juventudes”, acredita o homem de muitas histórias. No presente, os herdeiros da luta Xakriabá, a jovialidade do povo, une-se à labuta de seus caciques, pajés e lideranças. “Firmamos compromisso com a história dos nossos anciãos e com o futuro dos nossos filhos”, sustenta Durkwa Xakriabá na abertura do 1º Encontro da Juventude Xakriabá.

Os passos firmados na assembleia que aconteceu de 17 a 19 de outubro - na Aldeia Imbaúba e que reuniu aproximadamente mil jovens - caminham para a valorização da cultura, espiritualidade, identidade e território - assuntos debatidos durante o encontro. “Reafirmamos os mais velhos, caciques, lideranças e pajés como pilares de nossa identidade, nossos livros vivos”, declaram os Xakriabá no documento final. “Nosso território, e por consequência nossa identidade, são motivos de toda vida e existência”, afirma Durkwa Xakriabá.

Na trilha das juventudes, passado, presente e futuro se entrelaçam em espiritualidade, danças, pinturas, debates e rituais. A vida dos mais velhos, seus enfrentamentos, se estendeu além das falas e se manifestou pela presença dos ancestrais. O primeiro dia do encontro foi reservado à memória contada pelos pilares da resistência. “A luta dos jovens é para que ainda nem mesmo chegou nessa terra sagrada. É herança deixada por nós, mais velhos, e que se destina às crianças que estão a caminho. Não lutamos por um ou por outro, mas pelo coletivo”, afirmou Valdemar Xakriabá, liderança da Aldeia Prata.

Na abertura do encontro, enquanto os participantes se acomodavam nas sete tendas erguidas no campo de futebol, entoavam-se músicas de purificação. “Para entrar em nossa aldeia é preciso purificar”, era o refrão cantado. As 33 aldeias foram apresentadas e aspergidas no rito inicial. Com um ramo, Deda Xakriabá conduzia a cerimônia ao dar boas vindas àqueles que chegavam para partilhar. “Trabalhamos em conjunto para passar os conhecimentos sempre atento às manifestações do tempo. Por isso saudamos aqueles que passaram pelo ritual, os presentes e os que virão”, comentava o professor de cultura.

Memória, resistência e juventude. O resgate do processo histórico da luta do povo Xakriabá na defesa dos seus direitos foi elemento transversal das reflexões no encontro. Identidade, cultura, terra e território

e protagonismo da juventude indígena no caminho para o Bem Viver foram temáticas debatidas durante os três dias. Fruto de um processo que criou outros novos momentos em aldeias distintas do território, o 1º Encontro da Juventude Xakriabá “foi um momento histórico, onde a juventude selou seu compromisso de raiz ancestral, renascida para ser resistência”, lembra Célia Mindã Nynthê Xakriabá.

Herdeiros da Luta

“Faremos deste espaço um solo sagrado. Germinará esperança”, desejou Durkwa. Pediu-se permissão aos encantados, pajés, anciões e caciques a cada manifestação. No mural atrás da mesa de conferência, uma frase conjugava o tom do encontro. “Eu prefiro ser adubo, mas sair daqui eu não vou”, estampava o cartaz com o rosto de Rosalino Gomes de Oliveira. O mártir Xakriabá brutalmente assassinado em fevereiro de 1987, aos 42 anos, encontrava-se rodeado de outras figuras imprescindíveis para a história de resistência. A foto de Rodrigão o acompanhava no centro do palco.

“Na morte de Rosalino e Rodrigão o povo Xakriabá se ergueu. Eles foram sementes plantadas e que germinam seus frutos na juventude que ousa lutar. Eles são frutos desta história e da morte desses guerreiros”, lembra cacique Agenor Xakriabá, liderança da Aldeia Tenda. A pertença à história, suas raízes, presenteia a juventude Xakriabá com uma esperança ativa, que é protagonista. Sabem que são resultados de uma luta e fazem dela a grande causa. “A luta dos nossos antepassados continua com o desejo de um futuro melhor para nossas próximas gerações”, lembrou cacique Domingos Nunes, filho de Rosalino. Após o assassinato de seu pai, Domingos assumiu o cacicado dando continuidade ao sonho antigo de ver o povo Xakriabá livre do domínio dos fazendeiros da região.



O sangue derramado por Rosalino e outras lideranças que tomaram conduziu o povo ao território sagrado. A demarcação do território ocorreu no ano de 1989 - uma outra parte do território, a Rancharia, que ficou de fora deste procedimento por vícios da legislação anterior à Constituição de 1988, teve a demarcação realizada no ano 2000. “Todas as conquistas são resultados e sustentadas pelas lutas de guerreiros e guerreiras. Muitos já tomaram pelos nossos direitos. Daqui pra frente não será diferente e o protagonismo da juventude é de grande importância nesta luta”, assegurou Zé Nunes de Oliveira Xakriabá, filho de Rosalino e atual prefeito de São João das Missões, chamada no século XIX de São João dos Índios. “Juventude: é pelo embate e enfrentamento que erguemos os nossos direitos.





“Em 2015 a juventude Xakriabá passou a integrar os movimentos nacionais por direitos indígenas. A formação vem a partir dos mais velhos, dos anciões e pajés”, comentou Juvana Sawidi Xakriabá

Se dependermos das políticas nacionais, sabemos que não existiríamos mais”, assegurou Zé Nunes. “O sistema político sustenta e é sustentado pelo capitalismo. Por sua vez, o capital sempre foi aliado a aqueles que trabalha para o extermínio dos povos indígenas”.

Para o indígena, “a caneta do político é uma arma”. Testemunhas dos atuais retrocessos, a alvorada xakriabá firmou conduta diante a conjuntura caracterizada por eles como “desconjuntada”. “As lutas que travamos hoje não são contra revólver ou carabina, como antigamente. Lutamos contra projetos de lei que acabam com nosso direito”, assume Durkwa Xakriabá em fiel congruência com o discurso de Zé Nunes. “Nossos embates são contra canetadas. Mais do que nunca, é preciso ter domínio dos saberes não-indígenas para garantir a nossa ciência tradicional, território e vida”. Durkwa entende o encontro como uma forma de reforçar “a luta das nossas lideranças, das nossas mulheres, a união do povo para garantir os nossos direitos e dar continuidade para as lutas dos nossos ancestrais”.

No território da memória

“Certo dia chegou na aldeia um grupo de arquitetos e pesquisadores para observar como fazíamos nossas casas. Eles observaram tudo: desde o moldar do barro até a edificação. No final do processo, veio a pergunta: Quantos anos dura a construção? Por volta de 5 anos”, respondeu a mulher que ensinava às suas filhas procedimento de construção. Os especialistas ofereceram seus conhecimentos científicos. “Podemos pensar algumas técnicas para que a durabilidade se estenda por mais alguns anos”, disseram. Com sabedoria, a mulher dispensou a boa vontade dos arquitetos. Disse: “Se a casa durar mais do que o necessário, não terei a oportunidade de passar o conhecimento adiante”.

O fato lembrado por Célia Xakriabá trouxe para o debate aquilo que os povos indígenas chamam de conhecimento tradicional. “O mais íntimo do nosso ser, aquilo que está guardado no território da memória”, explica a indígena. Os saberes partilhados durante o 1º Encontro da Juventude Xakriabá foram tecidos na força identitária do povo. Repetiu-se ininterruptamente o “valor do saber” que transita entre gerações. “Vivenciar nossa espiritualidade, realizar os rituais, traçar as pinturas sobre nossas peles. Isso é a nossa religião. É o que está no mais profundo do nosso ser, que se repete há milênios”, defendeu Durkwa Xakriabá.

O embate contra o epistemicídio - morte de conhecimentos, de saberes, de culturas consideradas inferiores pela cultura ocidental - é práxis costumeira para os indígenas com um pé no mundo. “Quando estamos na academia, a demarcação precisa ser diante um conhecimento que quer se colocar como superior. Estar nesses ambientes que não foram pensados para a pluralidade é uma forma de resistência”, comenta Jucyrema Xakriabá. “A espiritualidade nos leva ao sagrado que lembra quem somos, nos faz redescobrir. Seja na universidade, ou na aldeia, o mais importante é sabermos quem somos. É preciso mostrar a verdadeira face”, recordou Durkwa Xakriabá.

O terceiro e último dia de encontro estendeu seu debate para os saberes tradicionais, histórias orais trans-



mitidas entre gerações. “Não podemos deixar que nos massacrem ao roubar nossa identidade escrita e viva em nossos livros vivos. Embaixo da árvore, ao lado da casa do meu avô, muito conhecimento se partilhou. Temos que dar continuidade ao que está mais dentro da gente”, afirmou Durkwa. “É preciso pensar a vida do povo a partir da sua história. Cada vaso de barro que é moldado com a terra, é um pedaço do povo que se molda. Nossa juventude precisa ser assim: carregar consigo, aonde quer que vá, um pedaço do território que é sua raiz”, lembrou Célia Xakriabá.

Povo Xakriabá: resiliência na história

Nos séculos XIX e XX, os Xakriabá sofreram sucessivas perdas de terras por invasões de fazendeiros. Permanentemente, os Xakriabás sofreram com a presença e as incursões grileiras de forasteiros - território este entre os rios Peruaçu e Itacarambi, afluentes da margem esquerda do rio São Francisco. Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, doou um pedaço de terra para os Xakriabá, para que estes não se espalhassem e ficassem só trabalhando para ele. Os Xakriabá então registraram a terra em dois cartórios: o de Januária e o de Ouro Preto. Mas em 1850 foi criada a Lei de Terras, pela qual a terra Xakriabá se tornou devoluta, pertencendo ao governo (PIB, 2017).

A situação fundiária e as violências contra os povos indígenas se agravaram com a mercantilização das terras no século XX. Aumentou a presença de grileiros em áreas tradicionais. Cresceram os casos de “intimidação” dos indígenas para que aderissem à proposta de venda de seus territórios numa nítida estratégia de fragmentar o território tradicional. Na terra dos Xakriabá, o episódio de invasão da Rancharia e a construção de um “curral de varas”, sobre o santuário sagrado do povo, são marcos importantes numa história em que sobra resiliência. “Muitos territórios sagrados viraram lugar de criado. Nossa história era pisoteada por bois”, recordou Zé do Bem Vindo Xakriabá. Os indígenas enfrentaram seu inimigo sem temer, mas logo perceberam que a batalha seria desigual. A covardia levou os invasores a atear fogo naquilo que era dos Xakriabá, lembra Zé do Bem Vindo. Hoje os anciões contam a história que transita na memória do povo como um episódio de violência, perseguição e dispersão do povo.

“Em 2015 a juventude Xakriabá passou a integrar os movimentos nacionais por direitos indígenas. Surgiu então o desejo de começarmos um processo de formação a partir dos mais velhos, dos anciões e pajés”, comentou Juvana Sawidi Xakriabá ao fazer memória da gênese da assembleia da juventude. “Estávamos o tempo todo nesse processo de luta. Um pé na aldeia, em nossas lutas locais, e um pé no mundo em busca de direitos nacionais em prol dos povos indígenas. Para nós era importante a nossa formação acontecer a partir do resgate cultural, firmar nossas raízes. Assim, traçarmos metas para ajudar nosso próprio povo em seu resgate cultural”.

Enraizados, os jovens Xakriabá seguem em marcha. Passo a passo, firma-se na memória para enfrentar a conjuntura de violações e retrocessos. “O encontro fortalece a nossa base para avançar nas lutas por justiça e demarcação. Nos três dias reforçamos a nossa cultura, identidade e a esperança enquanto povo”, garante Juvana Sawidi. “A nossa geração enfrenta um dos piores momentos para as políticas indigenistas. Os assaltos de direitos vem de todos os lados. O encontro fortaleceu os nossos jovens para estar na luta à altura daquilo que nosso povo precisa. Dizemos: nossa juventude está organizada. Quando as nossas lideranças mais velhas tombarem, estaremos aqui para dar continuidade, em um único passo”.

Em 1940, criou-se uma nova lei, pela qual o proprietário precisava ter registro de compra da terra. Os Xakriabá não possuíam esse documento devido ao fato de a terra ter sido doada. Então, a terra passou a ser devoluta novamente. Ao se organizar e correr atrás de providências para ter a posse da terra legalmente, a comunidade contribuiu com dinheiro para que as lideranças pudessem viajar para o Rio de Janeiro em busca de apoio, ajuda e informações (PIB, 2017). Nesse contexto, em nome da sobrevivência física, restringiram sua cultura. A língua do povo se enfraqueceu - poucos falam fluentemente. A perseguição incubou a cultura, a espiritualidade e a identidade Xakriabá. Contudo, o que permanece incubado carrega em si um potencial. É latente o desejo de ressignificação, de reinvenção.

Os conflitos permanecem. Os constantes ataques realizados por posseiros e políticos levaram oito lideranças Xakriabá a serem incluídas no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. Mesmo diante de perseguições e violências, a juventude insiste em tecer a memória com os fios do presente, na retomada dos saberes indígenas e dos territórios tradicionais. “Avançaremos até onde encontra-se nosso local de nascimento”, aponta Durkwa Xakriabá em caminhada para o cerne de seu povo. “Avançaremos sempre. Em demarcação e resistência”, completa. O povo Xakriabá avança. Demarca espaços. Desobedece quem os querem de cabeça baixa. É firme no embate. O encontro da juventude xakriabá prova que o potencial do povo é a luta, a resistência e a resiliência. ♦

Jacy e Guaracy

Poema de Nando Potiguara

Quem acredita
pode viver seu momento de felicidade
– no campo, na rua, no sol ou na lua
Jacy, menina traquina e muita bonita
seu vestido não era de chita e nem de cetim
suas vestes eram de pena de arara, sabiá e pavão
um dia sobre as torrentes fontes do rio Sinimbu estava
Jacy e seu cintilar, a noite dos Potiguara
De repente no fio da madrugada,
o astro-rei, que aparece apenas de manhã sobre as águas do Atlântico,
abriu seu olho fumegante, mas apaixonante na direção da mais linda
de todas as nativas do povo Potiguara, dando início ao grande amor.
Guaracy com seus raios luminosos teceu seus sentimentos
por essa que era a princesa dos Potiguara
Harmonizou toda a sua terra, que travava grandes batalhas
por afirmação da cultura e tradição
Daí por diante houve paz em toda a taba
– pela natureza, pelo amor –
e fartura na colheita, união do povo

